



Anais da Assembleia

Nº 149

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 138ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1981

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Tavares, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado e Valduga (34); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Fiori Luiz, Aguiinaldo Pereira Lima, Cyro Martins, Del Ciel, Egon Pudell, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, João Elísio, José Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Mário Celso, Pinto Dias, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (22); em licença os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Constantino Moro, ocorrido nesta Capital.

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, a consiganção na Ata dos trabalhos, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALFREDO CONSTANTINO MORO, ocorrido nesta Capital em data de 26 do corrente mês.

O extinto era pessoa da mais alta estima daqueles que o conheciam, pois deixou viúva a Senhora RITA FOLETO MORO e seis filhos, lamentando sua ausência como marido e pai.

Participou, na qualidade de Diretor da Construtora Pardini, em Curitiba, que até a presente data entregou mais de mil apartamentos, participando desta forma com o desenvolvimento de Curitiba.

Requer, ainda que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Fressato, ocorrido dia 26.11.81, em Curitiba.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital dia 26.11.81, do Senhor JOSÉ FRESSATO.

Requer ainda, após ouvido o Plenário, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Benato, ocorrido dia 29.11.81, na cidade de Campo Largo.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, dia 29.11.81, do Senhor PEDRO BENATO.

Requer, ainda, após a decisão do douto Plenário, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa da Senhora Dominga Rossa Benato, à Rua Joaquim Ribas de Andrade, 1690 - Campo Largo.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhores JOÃO QUESSADA PELEGRINO e JOSÉ DERIVALDO DOS SANTOS, ocorrido no dia de ontem em acidente automobilístico, quando viajavam a Londrina para assistir a final do Campeonato Paranaense.

Requer, outrossim, seja dada ciência deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

a) ANTÔNIO ROMERO FILHO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer que seja inserido na Ata dos trabalhos legislativos um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Ptszek, policial rodoviário assassinado dia 26 de novembro de 1981, no Município de Mamborê, no cumprimento do dever.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência seja inserido na Ata dos trabalhos legislativos um voto de pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO PTSZEK, policial rodoviário, ocorrido dia 26 de novembro de 1981, no Município de Mamborê, na BR-369, km 40, quando foi covardemente assassinado no cumprimento de seu dever.

Outrossim, REQUER seja dado ciência à família.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos legislativos um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. MIGUEL CHAMBERLAIN, ocorrido dia 26 de novembro de 1981, em Campo Mourão.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na Ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. MIGUEL CHAMBERLAIN, ocorrido em 26 de novembro de 1981, em Campo Mourão, e que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de pesar pelo falecimento da Senhora ANGÉLICA D'AMICO, ocorrido no dia 25 último, na Cidade de Londrina.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ANGÉLICA D'AMICO, ocorrido no dia 25 último, na Cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Apelo ao Ministro da Justiça relativo à lei das desapropriações.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, um apelo enfatizando a necessidade de acelerar a reforma das regras legais vigentes, relativas ao instituto jurídico da desapropriação.

Inspira este apelo a experiência dos nossos dias em que o direito de propriedade se encontra abalado nos seus fundamentos, em face de lacunas e obscuridade da lei, e, por outro lado, no desejo de instrumentar o Poder Público de meios eficazes e adequados para, em nome do bem-comum, dispor de bens particulares, sempre resguardando os inalienáveis direitos do legítimo proprietário.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja consignado em Ata nos trabalhos de hoje voto de efusivas congratulações à diretoria do Londrina F.C., demais membros, técnico, jogadores e a torcida em geral, pela conquista do Campeonato Paranaense de Futebol de 1981.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER data vênica, seja consignado na Ata da sessão de hoje, voto de congratulações e efusivos cumprimentos à Diretoria do Londrina F.C., na pessoa de seu Presidente ELZIO IVAN SECCO e dos diretores JACY SCAFF e VALTER SINHORINHO, ao técnico URUBATÃO, aos jogadores e à torcida em geral, pelo brilhante feito realizado ao conquistar o Campeonato Paranaense de Futebol de 1981, após memorável campanha.

Outrossim, REQUER, em sendo aprovada a presente proposição, seja por esta Casa, comunicada a decisão deste colendo Plenário à diretoria do citado clube, à Rua Minas Gerais, 158, 2.º andar, na Cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

(a) VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

A conquista do Campeonato Paranaense de Futebol, pelo Londrina F.C., representa um sonho acalentado pela torcida e pelo povo em geral daquela cidade, por mais de 19 anos.

Mas, é preciso salientar que o futebol na região do Norte do Paraná sempre esteve entre o melhor praticado no Estado e no Brasil e essa afirmação a fazemos recordando a participação da aguerrida esquadra londrinense em outras competições de grande importância, como o Campeonato Brasileiro, onde já por duas vezes, conseguiu as melhores posições, sagrando-se uma vez Campeão da Taça de Prata e outra Vice-Campeão Brasileiro.

Londrina sempre teve tradições esportivas e sempre demonstrou muita força, quer pela expressão de sua torcida, quer pela garra de seus jogadores em campo. A história nos revela que Londrina, desde os tempos do extinto São Paulo F.C., sempre esteve entre os primeiros colocados, passando depois para a fase do "Caçula Gigante", que tantas glórias trouxe à nossa cidade.

Naturalmente, devo mencionar, nesta oportunidade, a importância de uma agremiação que muito engrandeceu também os desportos do Norte do Paraná, a saudosa Portuguesa de Desportos de Londrina.

Nenhum deles, entretanto, em que pese o esforço de sua gente, de sua torcida e sua capacidade, tantas vezes demonstrada por seus profissionais, chegou a conseguir, com tanto brilho e galhardia, os títulos já conquistados pelo Londrina F.C.

Nossa saudação mais efusiva, que deve ser, neste momento a saudação de todos os esportistas paranaenses.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER VOTO DE LOUVOR à COOPERATIVA MISTA DOS SERVIDORES DO ESTADO LTDA.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um VOTO DE LOUVOR à COOPERATIVA MISTA DOS SERVIDORES DO ESTADO LTDA., pelo transcurso nesta data, do 30º aniversário de seu reconhecimento como de utilidade pública, Título concedido pela Lei Estadual n.º 827, de 30 de novembro de 1951, e pela sua reabertura, no próximo dia 08 de dezembro, após sofrer intervenção por um longo período, desde 1962.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Sentindo as necessidades de se organizarem em coopera-

tiva para fazerem face às dificuldades já existentes na época protegendo-se assim dos altos custos dos gêneros alimentícios, especialmente, um grupo de idealistas servidores, fundaram em 1943, a 16 de fevereiro, a COOPERATIVA MISTA DOS SERVIDORES DO ESTADO LTDA.

Através de suas constantes lutas na defesa da instituição, conseguiram em 30 de novembro de 1951, a aprovação da lei que concedeu o Título de Utilidade Pública ao referido órgão.

Tendo permanecido a Cooperativa por longos anos sob intervenção, não esmoreceram os idealistas servidores e com honestidade de propósitos levaram adiante seu trabalho, hoje coroado de êxito, pelo fato de vermos no próximo dia 08 de dezembro a reabertura de suas portas, voltando às atividades iniciais e hoje mais necessária do que nunca, pois o abusivo aumento de preços de gêneros alimentícios somados ao achatamento salarial do funcionário público fazem com que a classe viva situações até vexatórias não conseguindo, principalmente os de níveis iniciais, nem sequer adquirir o básico para uma alimentação sadia e nutritiva. E com a reabertura de sua cooperativa alguma luz volta a aparecer do curto horizonte do funcionário público para pelo menos ver a possibilidade de poder adquirir o básico e indispensável, fugindo assim da extorsão e da especulação do mercado.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER votos de aplausos pela realização do 2.º Congresso Brasileiro dos Jornais do Interior e 1.º Congresso dos Jornais do Interior do Paraná, levado a efeito em Maringá.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, votos de aplausos pela realização em Maringá, nos dias 27 a 29, do mês em curso, do Segundo Congresso Brasileiro dos Jornais do Interior e Primeiro Congresso dos Jornais do Interior do Paraná, dando-se ciência do presente ao Doutor Franklin Vieira da Silva, Presidente da Adjoripr e Coordenador dos Congressos nominados.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A realização em Maringá do Segundo Congresso Brasileiro dos Jornais do Interior e Primeiro Congresso dos Jornais do Interior do Paraná no último final de semana, reuniu na Cidade Canção, representantes de noventa e cinco (95) jornais espalhados por onze (11) Estados brasileiros, demonstrando, sem dúvida, a pujança jornalística interiorana de nosso País.

À abertura, compareceram altas autoridades estaduais, estando o Sr. Governador Ney Braga, representado pelo Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, Engenheiro Saul Raiz, estando presente também o Secretário de Planejamento Doutor Vilson Deconto; Prefeito de Maringá João Paulino, que saudou como Prefeito anfitrião todos os congressistas e, transmitindo mensagem especial do Presidente da República, falou o jornalista Delay Pereira, da Empresa Brasileira de Notícias. O presente requerimento, justifica-se pela alta importância dos congressos, principalmente pela grande responsabilidade que tem a imprensa interiorana perante a comunidade.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja inserido na ATA dos trabalhos, um voto de regozijo ao LONDRINA ESPORTE CLUBE pela conquista do Campeonato Paranaense de 1981.

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas prerrogativas legais, REQUEREM seja inserido na Ata dos trabalhos, um voto de regozijo ao LONDRINA ESPORTE CLUBE pela conquista do Campeonato Paranaense de Futebol de 1981.

Outrossim, REQUEREM que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento àquela agremiação na Cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

(aa) NELTON FRIEDRICH – Líder do PMDB.

JOSÉ TAVARES, DARCY DEITOS e NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR para instalação de um telefone "ORELHÃO" no Colégio Agrícola Getúlio Vargas, de Palmeira.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, na forma regimental, REQUER, seja enviado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, Engenheiro GILBERTO GERALDO GARBI, solicitando empenho no sentido de ser instalado um telefone público no Colégio Agrícola "Getúlio Vargas" de Palmeira, proporcionando condições ao grande número de alunos daquele estabelecimento se comunicarem com seus familiares em lugares distantes.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER extensão da escola de 1.º grau (1a. a 8a. série) da Cidade de Santa Izabel D'Oeste, para a localidade de Alvorada D'Oeste, naquele município.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor EDSON MACHADO DE SOUZA, M.D. Secretário de Estado da Educação, solicitando a criação e instalação de uma extensão da escola de 1.º grau (1a. a 6a. séries), da sede do Município de Santa Izabel D'Oeste, para a localidade de Alvorada D'Oeste, naquele município.

REQUER, outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e Excelentíssimos Senhores Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Alvorada D'Oeste, através de sua população, vem, de longa data, reivindicando uma extensão do ginásio da sede do município, uma necessidade que se poderá comprovar facilmente.

O elevado número de estudantes que concluem a 4a. série do primeiro grau, ficam impedidos em continuarem seus estudos pelas dificuldades em se deslocarem até a cidade em razão da distância, bem como, de condições materiais.

Assim, espero contar com a aprovação deste requerimento, pelos Srs. Deputados com acento, nesta Casa, que haverá de contribuir com aquela comunidade na sua justa reivindicação.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Requer preferência de votação ao Projeto de Resolução n.º 92/81, que cria o Município de Braganey.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Resolução n.º 92/81, que cria o Município de Braganey.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

a) NILSO SGUAREZI

Apoiantos: NELTON FRIEDRICH e AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Solicitação ao Presidente da Assembléia Legislativa preferência de votação para o Projeto de Resolução n.º 92/81.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, solicitação ao Presidente da Assembléia Legislativa, preferência de votação para o Projeto de Resolução 92/81, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Braganey, com vistas a elevação a município.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

a) DAVID CHERIEGATE

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 156/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 3.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981, passa a ter a redação seguinte:

“Art. 3.º — A transferência de área, de que trata o Art. 1.º, dependerá sempre de aprovação das Câmaras dos Municípios que sofreram diminuição de seus territórios, através de resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta dos seus membros.”

Art. 2.º — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A redação, que se pretende oferecer ao Art. 3.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981, procede da Lei Complementar Federal n.º 39, de 10 de dezembro de 1980, que altera a Lei Complementar Federal n.º 28, de 18 de novembro de 1975, por sua vez modificadora do Art. 6.º, da Lei Complementar Federal n.º 1, de 09 de novembro de 1969, ou seja, o estatuto de criação de municípios.

A mencionada norma, de hierarquia superior, deve prevalecer no confronto com a atual redação do Art. 3.º, da Lei Complementar n.º 12.

Explica-se a necessidade da presente iniciativa, em vista de já estar em trâmite o projeto original quando adveio a Lei Federal cuja regra ora se insere no diploma legal regente da transferência da área de um para outro município.

O SR. PRESIDENTE (João Ivansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A União Parlamentar Interestadual, em boa hora, assume também uma posição de defesa dos Estados brasileiros, ameaçados pela redução de sua representação política, nas As-

ssembléias Legislativas e na Câmara Federal.

Sabemos todos que o Paraná é um desses Estados ameaçados, e aqui já há alguns meses se faz um movimento no sentido de preservar o número de cadeiras, tanto na Câmara Federal quanto nesta Assembléia.

Na última quinta-feira, por iniciativa da Direção Seccional da União Parlamentar Interestadual, estiveram reunidos em Porto Alegre, parlamentares dos Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e nessa reunião, preliminarmente, ficaram definidas algumas diretrizes que vão nortear a ação das Assembléias brasileiras, a fim de que não haja esta redução, sem que se pleiteie, em momento algum, qualquer tipo de prejuízo para os Estados que podem vir a ser beneficiados, de acordo com as regras atuais, para definição da representação de cada Estado, no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas.

Não nos conformamos, no entanto, com a possibilidade, hoje, não mais iminente, porém clara, constatável à luz da lei, com esta redução.

No caso do Paraná, particularmente, pela responsabilidade, inclusive, do Governo Federal, pela evasão de paranaenses que daqui saíram para outros Estados brasileiros, por razões diversas, mas, praticamente, todas elas fugindo ao alcance e à capacidade de articulação e de solução do Governo do Estado.

Nessas condições, como o Paraná será um Estado prejudicado, na última quinta-feira, estiveram em Porto Alegre, os Deputados Augusto Carneiro, Nelson Friedrich e este Parlamentar, para gestionar, por delegação de Sua Excelência, Sr. Presidente, a fim de que este movimento ganhe corpo nacional, e de que as autoridades federais se conscientizem, de que não é possível reduzir as Bancadas Estaduais e também as Bancadas dos Estados a nível de Congresso Nacional.

Conforta-nos, por outro lado, saber, e dissemos isso no Rio Grande do Sul, — que aqui no Paraná, além de um amplo apoio dos meios de comunicação social, esta nossa bandeira encontra uma ampla receptividade, por parte do Governador Neu Braga, que, a questão de quatro semanas, esteve em Brasília, tratando desta matéria com o Ministro Leitão de Abreu, com o Ministro Abi-Ackel e com o Presidente do PDS, Senador José Sarney, na defesa dos interesses do Paraná e de outros Estados que se encontram nas mesmas condições do Paraná.

E a conclamação que fazemos, hoje, é no sentido de que os Srs. Deputados prestigiem a reunião que amanhã será feita, aqui, em Curitiba, da União Parlamentar Interestadual, já, quem sabe com a presença de outras Assembléias Legislativas, como a da Paraíba, do Mato Grosso, do Rio de Janeiro, na tentativa de se fazer crescer nacionalmente este movimento, a fim de que sejamos bem sucedidos, e o nosso Estado não seja prejudicado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Assumo a tribuna apenas para dizer ao jovem representante de Cascavel que “matamos a cobra e mostramos o pau”. Em nossa ausência e também lhe perdão a sua ausência, o Deputado fez uma série de defesas do Prefeito de Carlópolis, sobre o problema do cimento.

Apenas para me posicionar, apenas para dar ao Deputado David Cheriegate, a situação em que ele se encontra na defesa de um prefeito corrupto, apenas para que ele não venha à tribuna desmentir um Deputado que fala a verdade, apenas para que ele aprenda como lição, numa ingerência indébita, com as forças do DER, da sua presença em Carlópolis, é que estamos aqui, Sr. Presidente, estamos aqui, Srs. Deputados, estamos aqui, 149 tl/04

imprensa do Paraná, a começar a mostrar documentos, que o Deputado David Cheriegate faltou com a verdade, quando procurou nos desmentir; quando, sem conhecimento de causa, apenas com dados, não sabemos d'onde conseguidos. Então, viemos aqui para dizer ao Deputado David Cheriegate que o Prefeito dele, de Carlópolis, com 5 mil e 200 sacas de cimento, faz apenas duas pontes. Com 30 km de estradas, que levou dinheiro e óleo, fez apenas 10 km.

E para que o povo do Paraná fique estarelecido, vou ler uma das provas que tenho, porque, outras estou catalogando. (Lê): "Prefeitura Municipal de Carlópolis.

Memorando Interno da Prefeitura Municipal de Carlópolis para o Chefe do Posto Fiscal de Passos dos Leites.

Solicitamos via de trânsito livre ao portador, funcionário desta Prefeitura, que transportará 200 sacas de cimento, destinado à permuta com a Pedreira Globo de Itaguaí, do Estado de São Paulo.

Obrigado,

Assinado: Prefeito de Carlópolis.

Dia 13 de abril de 1981."

E mais um memorando:

"Prefeitura Municipal de Carlópolis — Gabinete do Prefeito.

Senhor Chefe do Posto Fiscal do Passo dos Leites,

O portador do presente está transportando 200 sacas de cimento, objeto de permuta — pasmem, Srs. Deputados, pasme Sr. Presidente, pasme, imprensa do Paraná, e pasme Sr. Deputado David Cheriegate, que, nesta hora, é considerado advogado do diabo", como pode um Prefeito que leva cinco mil e duzentas sacas de cimento, mandadas para o Estado de São Paulo, com Guia de Trânsito e dar uma assinatura, sem vir a troca da mercadoria? Ele está incurso na Lei n.º 201, que cabe à Câmara Municipal daquela localidade averiguar.

Srs. Deputados, pediria ao Deputado David Cheriegate que trouxesse provas de que eu estou mentindo. Porque, na minha ausência, ele disse que esse cimento foi aplicado em pontes, que foram feitas uma ponte e um bueiro, com cinco mil e duzentas sacas de cimento! Foram feitas placas de escusas! Porque, sabem os Srs. que pedrisco não se troca por cimento, é especificamente destinado para outras obras.

Então, são as provas que queria pedir ao Deputado David Cheriegate, que, em sua ingerência indébita, pela plagas de outros municípios, pelo "interland" paranaense, que me respeite e que não se coloque na posição de "advogado do diabo", porque temos as provas que desafiam ao Deputado David Cheriegate, que venha aqui, para dizermos a ele que o Prefeito de Carlópolis recebeu trezentos e quarenta mil cruzeiros, para a reforma de uma escola da Secretaria de Administração, e apenas pôs um vidro!

Solicitaria a esse engenheiro do DER que mande, para o Sr. David Cheriegate, uma exposição de motivos mais concreta. Porque, no momento em que fomos à Cascavel, cuidar daqueles bichos e outras coisas mais, o Sr. Deputado usa sua influência para fazer essas coisas!

É por isso, Sr. Presidente, que estamos aqui, neste momento, para lavar a nossa honra e dizer ao Deputado David Cheriegate e para dizer a Sua Excelência que, quando defende um prefeito corrupto, que não nos chame de mentiroso.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a Palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não fossem os Generais perfilados às costas do General Figueiredo, comandante deste País, provavelmente nenhuma de suas ações conseguiria passar dos corredores do Planalto. Só detendo nas mãos a força que embasa o arbítrio, e tendo a cer-

teza de um imenso muro, formado pelo capital internacional, o general comandante teria tanta certeza da vitória ao tomar as posições que assumiu na semana passada.

Mais um pacote, ou embrulho como é chamado o conjunto de medidas para obstaculizar a vitória das oposições, é lançado pela garganta dos brasileiros, sem consulta, ao estilo das mais clássicas ditaduras da história política.

A Nação se levanta, organizada, hoje, em partidos políticos, não pode aceitar a destruição e inviabilização do que, arduamente, construiu. Foram pelo menos dois anos em que as oposições do País investiram tudo para ter cara própria. Foram dias e horas contadas, nas portas dos tribunais, para ver seus militantes garantidos com uma sigla, que, obviamente, se tornaria forte na luta.

Entretanto, a crise se aprofunda no País. E a crise moral, a crise política, desaguadouros das outras crises que atornentam o povo brasileiro, engolem os governantes sem legitimidade. Cai o desespero. É preciso então, encontrar saídas — nem que sejam aquelas típicas das ditaduras — para assegurar o poder. Sua queda significaria a necessidade de quebrar pactos, pactos gerados e só possíveis sob um regime de arbítrio e de força. Nunca sob ares democráticos.

Já não são mais necessárias as fofocas palacianas para que saibamos onde e como foram gerados os atos nascidos neste Governo. Sabe-se até que foi durante a visita do General Figueiredo aos Estados Unidos que se fez a forma do embrulho que nos querem fazer engolir, na marra. Sabe-se que são eles os autores das regras, dos mandos e desmandos, que levam este Brasil ao fosso moral em que se encontra. Desta forma, o general, que comanda a oligarquia que se perpetua no poder no Paraná, não poderia ficar de fora.

O General Ney Braga, incapaz de resolver os problemas domésticos do Paraná, não se envergonha de encenar a farsa comandada pelos seus colegas de Brasília.

Tem a coragem de afirmar que o embrulho eleitoral é democrático, e um passo a mais pela liberdade. E não cora ao dar conselhos para os pequenos partidos. Este Governante, cujos atos são de causar melancolia — pois nostálgicos ficariam apenas seus afilhados e privilegiados, que ganharam poder e riqueza nestes últimos anos — não se envergonha em proferir frases como "somos maioria, os outros partidos que lutem para crescer".

Ao General Ney Braga, as oposições têm poucas respostas, pois nem destas ele se faz merecedor.

Temos a lhe dizer, entretanto, | que guarde seus conselhos. Estes são gerados no seio da única ideologia que conhece. A do autoritarismo, da ditadura. Este general, de tanto exercitar sob o regime do arbítrio e medo, se esqueceu do seu passado, quando o teste das urnas o envaidecia.

Assim, diante da ausência de decoro, as oposições, unidas, só tem uma resposta para afirmar a este general, que de apoio popular carece. Utilize seus conhecimentos políticos e manobras para os seus. Os pequenos partidos nasceram da luta. E não de atos. Os pequenos partidos não têm a formalidade, nem a legitimidade que somente o poder conferiu ao "seu" partido. E mais: o desespero, que toma conta dos atos do Governo encontrará, como resposta da oposição, uma barreira de resistência muito mais forte, porque nascida da unidade, e os pequenos partidos sabem disto, que, só com o apoio do povo é que eles realmente serão fortes, e tenho certeza que, em 82, com "pacote" ou sem "pacote", com "embrulho" ou sem "embrulho", elas saberão demonstrar que neste País o povo é que deverá ser o grande comandante!

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

A sociedade brasileira vem se manifestando contra o pacote eleitoral de novembro, como é o caso da CNBB, que reafirma contra o casuísmo anti-democrático. (Lê):

"A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou ontem, após três dias de reuniões do seu Conselho Permanente, um breve comunicado em que reitera sua posição contrária a "todos os casuísmos orientados para favorecer minorias e impor restrições artificiais, que deforma a genuinidade da vontade popular". Para CNBB os casuísmos "são anti-democráticos e, como tais, inaceitáveis".

Em todas as perguntas sobre o pacote eleitoral do Governo, determinando providência para a adoção do voto vinculado nas próximas eleições, Dom Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, acompanhado do vice-presidente, Dom Clemente Isnard, e Dom Luciano Mendes, o secretário geral da entidade dos bispos, mostrava ontem como respostas o comunicado, para dizer que a Igreja não mudou a sua linha de pensamento, exposto em agosto último no documento "Reflexão cristã sobre a Conjuntura Política". Nesse documento é que está a condenação implícita ao pacote eleitoral, como medida casuística.

PADRES FRANCESES

O secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes manifestou a esperança de que os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, depois de interrogados pela Justiça Militar, possam agora responder ao processo em liberdade. O interrogatório, segundo acredita Dom Luciano, permitirá agora ao Juiz a verificação de que os padres estavam no cumprimento de sua missão, repudiando toda a violência e toda a acusação de ação ideológica. Manifesta também a esperança de que os posseiros sejam tratados com todo o respeito à sua dignidade, graças à superação de pressões próprias de um período de detenção. Sobre o fato de elementos do Governo terem negado a existência de conflitos fundiários, em números revelados pela CNBB, de uma luta entre posseiros e a Polícia, Dom Ivo limitou-se a responder que os documentos não foram inventados pela Igreja que não tem interesse em ganhar uma batalha em favor da existência dos conflitos. Os documentos com os números estão aqui, concluiu o presidente da CNBB.

COMUNICADO

O comunicado do Conselho Permanente, reafirmando a linha de atuação da Igreja empenhada na formação da consciência política do povo, tem a seguinte íntegra:

"O Conselho Permanente da CNBB aproveita a oportunidade de estar reunido para lembrar alguns conceitos pastorais, contidos em seu recente documento "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política", ou sugeridos por fatos mais recentes:

1 — "O Conselho Permanente dá seu apoio aos esforços das Dioceses e dos Regionais que se empenham na formação da consciência política do povo e o ajudam numa reflexão cristã sobre seu compromisso político" (n.18). O trabalho da Igreja "não favorece nenhum partido em especial" (n.18), nem está marcado por uma visão imediatista, mas está voltado para o bem comum do país, numa perspectiva de futuro.

2 — Não cabe à Igreja opinar sobre aspectos técnicos da Lei Eleitoral. No entanto, sob o ponto de vista ético, deve-se afirmar que "todos os casuísmos orientados para favorecer minorias e impor restrições artificiais, que deformam a genuinidade da vontade popular, são anti-democráticos e, como tais, inaceitáveis" (n.16).

3 — "A missão da Igreja é evangelizadora e de natureza eminentemente pastoral. Tal missão, entretanto, de nenhum modo conduz a se omitir a respeito de problemas sócio-políticos do país, na medida mesma em que esses problemas sempre apresentam uma relevante dimensão ética. Esta dimensão avulta no presente momento e na atual etapa do processo de abertura política" (n.2).

4 — "Para a instauração e manutenção da democracia, não

bastam eleições livres" (n.23). A democracia há de ser construída passo a passo, devendo ser aprendida sinceramente por governados e governantes. Que todos tenham a coragem de questionar-se sobre o acerto de suas posições e iniciativas. E que a esperança no futuro e a confiança no outro não venham a faltar a ninguém! E que, com a graça de Deus e a colaboração de todos se estabeleça um clima de diálogo e de concórdia".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recordo-me perfeitamente que no ano próximo passado, ocupei esta tribuna e naquela oportunidade fui condenado pelos Deputados Airton Cordeiro e Gabriel Manoel, diziam que me valendo da desgraça de parte da população, tentava fazer desta tribuna demagogia eleitoral. Naquela ocasião denunciava alagamentos no Bairro do Boqueirão, em Cidade Jardim - São José dos Pinhais, enfim, naquela populosa região da região metropolitana.

Pois bem, hoje mais uma vez, parte da população curitibana, parte da população de Colombo, moradores da região metropolitana se vêem em situação das mais delicadas, com suas casas alagadas, com seus aparelhos de televisão, geladeiras, camas, colchões, totalmente danificados e sem condição de ter pelo menos onde dormir. Fala-se que a Secretaria da Saúde está realizando um trabalho para abrigar esta gente, num verdadeiro paternalismo que não resolve a situação dessa gente que passa durante todo o tempo desprotegida e, quando ocorre uma desgraça como a de hoje, na Santa Cândida mais precisamente, no Jardim Tietê, nós vemos que mais de 30 famílias estão desabrigadas e sem o devido respaldo da estrutura que deveria existir para garantir a condição mínima de vida para esta gente.

E o Prefeito Municipal nomeado em Curitiba, Prefeito Jaime Lerner, que deveria ter a obrigação de atender essa gente, que deveria estar preocupado com a situação dos moradores do município que não é seu, porque não foi eleito para dirigir os destinos do município mas, foi nomeado, foi escolhido pelo seu Governador. Mais uma vez está viajando. Tivemos há poucos dias atrás, a invasão de uma área na Vila Formosa, procurado o Sr. Prefeito Municipal houve a informação de que o prefeito estava viajando. Portanto, deveria ser aguardada a sua volta para que alguma solução fosse tomada.

Hoje, uma vez mais, um problema sério, famílias desabrigadas, crianças ao relento, crianças levando preocupação para seus pais, famílias e chefes de família preocupados não sabendo o que deveria fazer no minuto seguinte. E a informação é de que o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, nomeado, está uma vez mais viajando. Por isso mesmo, é que fica a nossa indagação:

De onde sai tanto dinheiro para a Prefeitura Municipal de Curitiba para o prefeito nomeado fazer as propagandas que vêm fazendo durante o dia inteirinho em emissoras de rádio e televisão? E falta dinheiro para canalização de um rio, falta dinheiro para aumentar esgotos, falta dinheiro para aumentar o saneamento. Mas, para propaganda do Sr. Prefeito Municipal nada falta.

E onde está também a COMEC, que vem prometendo inúmeras condições de melhoramentos para a região metropolitana? E que infelizmente, não tem surtido efeito algum, porque vemos apenas a propaganda também, da Secretaria da Administração, do Secretário Vesperto Mendes, prometendo condições para Piraquara, que também teve problemas de alagamento no ano próximo passado, para São José dos Pinhais que teve problema com alagamento, para o povo do Boqueirão que teve problema de alagamento. Agora para as populações de Curitiba e de Colombo que estão hoje, vivendo momentos de angústia com suas casas totalmente alagadas e com tudo aquilo, os seus

pertences totalmente danificados.

Fica mais uma vez o nosso registro, não nos louvando da desgraça dessa gente, que está hoje jogada no tempo. Mas a nossa preocupação com homens, que não têm a mínima dignidade para enfrentar a sua população e sempre com a mesma desculpa de que está viajando. Foi prefeito nomeado de Curitiba para atender interesses de Curitiba, não para atender inclusive a propaganda que vêm fazendo, todos os dias no rádio e na televisão — de que cada município do Paraná deve ter a sua urbana, de que Curitiba é cidade exemplo para o País, mas, Curitiba é a cidade que ainda deixa a sua população desabrigada, porque tem um democrata de mentirinha na sua prefeitura não escolhido pelo povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso da tribuna na tarde de hoje, para ler na íntegra a nota do PMDB, a respeito da reforma eleitoral e do comportamento do Governo.

(Lê): "O comportamento do Governo quanto à reforma eleitoral sempre foi procrastinador, equivocado e negativista.

Há quase três anos que a sociedade reclama e a Oposição tem sido sua voz incisiva e nítida no sentido de que o País tenha imediata definição quanto às regras que presidirão o pleito de 1982.

Se o Governo empenha a sua honra assegurando a realização de eleições, está conseqüentemente na obrigação moral e política de colaborar com lealdade para votação das normas que a viabilizem.

Contudo, intencionalmente ou por incapacidade de controlar suas forças políticas e parlamentares, o Governo frustrou decisões legislativas fundamentais, como, entre outras, a complementação da possibilidade de coligações interpartidárias, admitida em lei aprovada com sua responsabilidade e sanção, a revogação da proibição totalitária das campanhas admitindo o acesso gratuito e democrático ao rádio e à televisão; a eliminação de inelegibilidades arbitrariamente decorrentes de abusivas intervenções em sindicatos. A recusa no sentido de que o Congresso cumpra seu dever de abrir os caminhos para que a Nação marche para as urnas, se extremou na interdição da simples e indispensável fixação da data das eleições, quando prazos já estão vencendo gerando impedimentos para candidaturas.

Em junho deste ano, o Governo, por seu Ministro da Justiça e suas lideranças parlamentares, assumiram o compromisso de, após o recesso de julho, enviar as mensagens insistentemente reclamadas pela Oposição, inclusive através de longa obstrução no Senado, que cessou em razão do acordo. Acontece que mesmo as soluções parciais remetidas, o PDS pronunciou-se no sentido da respectiva retirada.

Ante a intranquilidade e o clamor da opinião pública, afinal o Governo credenciou o Ministro da Justiça para manter entendimentos com os Partidos da Oposição, a fim de que, antes do recesso que se inicia a 5 de dezembro próximo, pelo menos fosse fixada a data das eleições, repelindo-se o expediente de fazê-las em duas etapas, fosse respeitado o direito e a reivindicação dos trabalhadores que suas lideranças mais prestigiosas também pudessem disputar as eleições que se avizinham, vigorosa e antiga exigência do PMDB, criação do Estado de Rondônia, compatibilizando-a com o ânimo de ser obtido o consenso.

Após sucessivos encontros, a Oposição, na data de hoje, pela totalidade de seus representantes, reuniu-se no Ministério da Justiça com o Ministro Ibraim Abi-Ackel, na busca de fórmulas finais que ensejassem a almejada composição.

Eis que, após consultar o Governo, o Ministro da Justiça anunciou a estarecedora, abrupta e inaceitável decisão de cessar

as negociações.

O PMDB denuncia essa longa e impatriótica jornada de perplexidades, hesitações, recusos suspeitos e demissão perante a Nação das responsabilidades do Governo em matéria essencial às suas prerrogativas de se auto-determinar e de participação através da Democracia.

A crise social, com explosões populares de desespero, com oito milhões de desempregados ou sub-empregados, com o custo de vida que tira o pão, habitação, hospital e educação a milhões de brasileiros, a incompetência perversa e calamitosa de 17 anos de uma administração imposta ao povo, a vida não violenta que se abre são as eleições que o Presidente João Baptista Figueiredo, com o solene e reiterado penhor de juramento, garantiu que se efetivarão.

A linguagem impositiva do Presidente da República, João Baptista Figueiredo surpreende a Nação com nota oficial, com as características dos Atos expedidos sob o arbítrio do AI-5.

Insurge-se contra a soberania do Congresso e o ameaça impondo-lhe uma decisão previamente estabelecida pelo Poder Executivo, exigindo sua humilhante capitulação no momento mesmo em que a Instituição Parlamentar tenta readquirir precariamente suas prerrogativas.

É inaceitável que por meios indiretos e subreptícios as eleições não se realizem ou se inviabilizem transformando-as em verdadeira fraude.

Assume, assim, o Governo a responsabilidade histórica de traindo um compromisso público levar o País a um impasse de conseqüências imprevisíveis.

O PMDB apesar de tudo, prosseguirá na luta.

O futuro e o prestígio do Brasil dependem do efetivo reconhecimento da soberania popular. Unida e consciente ela vencerá, aniquilando fraquezas, perjúrios e arbitrariedades."

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em qualquer análise que se faça da história política do Brasil, a instabilidade tem sido sua característica marcante. As diversas constituições que já organizaram esta Nação, servem de marcos delimitadores desta falta de estabilidade. Como Nação nova e sofrendo todas as injunções e influências da modernização e do processo de subdesenvolvimento, podemos entender isso como normal.

O nosso passado político foi instável, mas como característica marcante nunca deixou de existir a irresistível inclinação do povo brasileiro para a democracia.

Importante e fundamental pois que se tenha presente esta inclinação histórica, da visível vocação democrática do nosso povo. Se a democracia como muitos afirmam não se estabilizou, verdade também que as ditaduras igualmente não o conseguiram. Se as ditaduras se apoiaram na força, também foram derubadas sem a necessidade dela, apenas pela mobilização pacífica que todas as forças vivas da Nação brasileira, nas horas difíceis e de crise, souberam se levantar.

Efetivamente vivemos uma hora destas.

Estamos saindo de um regime ditatorial sem que a força fosse empregada e nos preparamos para mais um período democrático. A ditadura gerou a grande crise que nos domina.

A sociedade brasileira como um todo, está a entender que a saída desta crise gerada pela ditadura está na democracia.

A sociedade anseia pois para participar da reconstrução política da Nação. O povo quer que a democracia seja estável e lhe propicie a oportunidade de realmente encerrar a assertiva de que o BRASIL É FEITO POR NÓS.

Ora, todos sabem como encontrar o caminho da volta à

democracia, pois todos sabem como ele foi tomado aos brasileiros. Bastariam eleições e teríamos a democracia novamente. Basta o poder ser colocado em disputa e ressurgirá o regime democrático, pois não foi através da supressão de eleições livres que a democracia foi arrancada da Nação? Não foi através do continuismo de um grupo que a constituição foi rasgada e extinto o regime democrático?

Assim, para ser reconquistada a democracia bastariam simples eleições, e uma nova constituição por uma soberana Assembléia Constituinte em que estejam arrolados todos os substratos sociais da nossa atualidade.

Fala-se em reforma eleitoral como pressuposto para a realização de eleições que trariam a democracia de volta. Os governantes afirmam que sem uma reforma eleitoral não podem as eleições serem realizadas.

Ouso afirmar, de que com o tipo de reforma que se pretende implantar é que não encontraremos o regime democrático. Busca-se uma reforma que antecipe os resultados de uma eleição. Tenta-se manipular o poder para que o continuismo ditatorial seja apenas reciclado, mas na essência que as fontes de decisão continuem nos mesmos mananciais antidemocráticos.

Veja-se que tecnicamente a pseudo-reforma busca um objetivo único, ou seja a institucionalização do monopartidarismo.

Todos os tratadistas políticos são unânimes em afirmar que eleições de um turno só propiciam a formação do sistema bipartidário. São exemplos marcantes desta afirmação as duráveis estabilidades políticas dos EUA, Inglaterra e Suécia onde o bipartidarismo é o responsável pela democracia e pela estabilidade política de tais potências.

Já um sistema eleitoral de dois turnos enseja a existência do sistema pluripartidário. França, Suíça e Canadá são Nações estáveis politicamente, porque a sua democracia se estriba neste princípio técnico de eleições realizadas em dois turnos.

Ora, se no Brasil queremos uma democracia e por isso até juramentos solenes são feitos, será muita ingenuidade pensarmos que isso venha acontecer simplesmente porque alguém quer ou porque jura conseguiu-o.

A democracia virá se condições técnicas forem criadas, e a reforma eleitoral que se realiza, visa exatamente obstruir o caminho democrático. Se pretende na verdade uma anti-reforma, do mesmo modo que em 64 se fez uma anti-revolução. Todos sabem que o bipartidarismo anterior traria de volta ao poder os que estavam comprometidos com a democracia, porque foram os que não aderiram à ditadura.

Num ato ditatorial extinguiram-se os partidos e falácias do poder, induziram a um simulacro de pluripartidarismo. Muitos políticos oposicionistas acreditaram mais uma vez, no enganoso canto da sereia que tem sido uma constante do regime arbitrário.

Deu-se tempo suficiente para que a oposição fragmentasse em diversas propostas partidárias, e em contrapartida o continuismo aninhar-se em uma única legenda.

Para a continuidade da doutrina da "Segurança Nacional" era imperioso não entregar o poder à oposição. Isso representaria na prática, extinção do sistema arbitrário de poder, sem o qual não se consegue manter a doutrina da "Segurança Nacional", vale dizer, não teria o capitalismo imperialista, as facilidades e proteção que tem para sangrar nossa economia como o vem fazendo.

As causas econômicas, pois, mais uma vez, determinaram a reciclagem do sistema, eis que o MDB, não se incorporou ao sistema urdido em 64, pelo contrário regeitou-o e queria com a vitória das urnas, destruí-lo pelo ressurgimento do regime democrático.

Na verdade, não tínhamos um sistema bipartidário em que pese duas serem apenas as legendas existentes. ARENA e MDB.

Ocorre um sistema bipartidário, como por exemplo nos EUA e Inglaterra, quando dois partidos se alternam no poder e que ambos tenham como pressuposto político a defesa incondicional do sistema. Enquanto a ARENA sustentou o sistema politicamente, o MDB lutou sem tréguas para a sua extinção.

Na verdade a vitória da oposição brasileira com o MDB representava o impasse para o sistema. A vitória da oposição era o retorno à democracia, vale dizer, a extinção do arbítrio, o fim da antidemocracia.

Assim para impedir a vitória dos que lutavam pela democracia era necessário mudarem-se o que se convencionou dizer as regras do jogo em que pretensamente seria disputado o poder.

A mudança foi técnica não de fundo.

Agora delinea-se a parte final da estratégia escolhida para continuidade do poder. Já fragmentada a oposição em diversas legendas partidárias, se impedirá nos próximos lances, a coligação partidária, a propaganda necessária ao presetilismo partidário e ideológico que constitui enunciado básico da democracia.

Em síntese, as modificações não trazem o aprimoramento democrático, pelo contrário o fraudam. Busca-se a continuidade de um poder ditatorial, discricionário e totalmente contrário aos interesses populares e verdadeiramente nacionais.

Todavia, tecnicamente estão sendo criadas condições básicas e objetivas à implantação de um sistema de partido único, institucionalizado e estruturado ao manancial tecnoburocrático do militarismo brasileiro. As premissas deste regime antipovo que se deseja implantar é perceptível nas palestras da Escola Superior de Guerra, na doutrina da Segurança Nacional, bandeira com a qual o imperialismo capitalista conseguiu disseminar ditaduras e ditadores pela América-latina.

Partindo do México, onde o capitalismo conseguiu o partido único, mantendo a aparência democrática, mas na prática assegurando os privilégios espoliativos, parte-se agora para a mexicanização brasileira.

Afirmo pois que não se fará uma reforma eleitoral para buscar a democracia. Far-se-á uma anti-reforma que impeça a vinda da democracia, aspiração histórica e fáctica desta Nação. Uma anti-reforma para que o poder fique nas mãos dos ditadores de ontem, nos fraudadores da vontade popular de hoje.

Afirmo pois, que eleições de um só turno, como afirmam cientistas políticos, ensejam estabilidade política para um sistema bipartidário e não multipartidário, isso se o regime for democrático. Se o regime não for democrático, como é o nosso, vai se conseguir, como se pretende, o partido único.

Disse tudo isso, não para chamar os brios democráticos dos que estão no poder. Por mais boa vontade que tenha não posso acreditar na honestidade política dos que defendem tais casuísmos. Acredito apenas naqueles que não mais fazem o jogo do sistema ou seja daqueles que hoje defendem regras eleitorais honestas e não artificiais que visam a pura e simples continuidade de poder.

Disse o Sr. Presidente, para chamar a atenção da oposição brasileira, e faço dizendo que muitos dos casuísmos pretendidos pelo Governo, coincidem com meus interesses pessoais e individuais. Tenho minha base eleitoral no interior, assim o casuísmo da faculdade do voto, atinge apenas os grandes centros urbanos onde notoriamente a oposição tem sido mais forte. A vinculação geral do voto, com uma base eleitoral que possui mais de 40 vereadores, me favorece como nunca. Ora, se pessoalmente sou favorecido, por uma situação peculiaríssima, o mesmo não acontecerá com meu partido, bem como com as demais legendas oposicionistas.

Falo pois, com isenção de ânimo e até contra meus interesses eleitorais imediatos. Posiciono-me em relação ao futuro democrático desta Nação.

Defendo uma fusão geral de todos os partidos oposicio-

nistas, que se adotada poderá até comprometer a minha reeleição.

Mas consciente e honestamente não posso calar nesta etapa decisiva para a nossa viabilidade democrática.

Defendo a fusão de todas as oposições para o episódio eleitoral de 1982, em que um programa mínimo da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, seja o fator unificador das oposições.

Sei que a prioridade de todas as propostas oposicionistas é a democracia, e por ela todos tem se batido. Interesses menores e pessoais ou locais a nível de oposição, não podem fraudar a unidade popular.

Invoco de todos os oposicionistas o compromisso democrático e reitero aos meus companheiros de partido que façam o mesmo. Dirijo-me mais especialmente àqueles que se mantiveram coerentemente na legenda de resistência democrática, o PMDB como que assumindo uma posição clarividente do que está agora a ocorrer. Mas o acerto de ontem não seja causa e motivo para o erro de hoje. Igualmente o raciocínio é válido para os que julgando acertar, devidram as oposições. A fusão não nos retirará a característica ideológica porque ela se objetivará evidentemente como um amplo movimento popular, acomodando todas as tendências ideológicas e preenchendo todos os espaços políticos às duras penas até aqui conseguidos.

A fusão será uma frente pluripartidária que as oposições podem lançar mão no jogo antidemocrático que quer se estabelecer.

A fusão em uma frente única apenas espelhará a unidade popular que está mais coesa do que nunca na busca do regime democrático.

Cabe nesta hora, grande responsabilidade histórica aos políticos da oposição. Se não se unirem agora o terão que fazer depois para resguardar o difícil sucesso das urnas. Se hoje é possível a união talvez amanhã já não o seja. A única dificuldade está na remoção dos casos pessoais e locais, que deverão se quedar, para que prevaleça o interesse maior da causa democrática.

A generalização sempre é perigosa e não quero correr este risco ao afirmar que todos os homens do PDS desejam a antireforma. Aqui mesmo já se registraram manifestações democráticas contra sublegenda e outros casuísmos. Mas verdade também, que assim como a antiga ARENA, o atual partido oficial não se livrou das determinações do comando tecnoburocrático militar, que continua manipulando as individualidades que formam o todo partidário.

Dirijo-me pois, aos oposicionistas que como democratas, mesmo discordando de meu entendimento saberão retirar desta posição as razões e argumentos que embasem o encaminhamento do processo político complexo que atravessamos.

Quero deixar muito claro, porém que não foram episódios esporádicos ou posições pessoais de conteúdos políticos que me levaram a isso.

Duas são as razões determinantes:

A primeira a já enunciada de que tecnicamente será impossível atingir a democracia com eleições de um só turno sem coligações partidárias num sistema multipartidário, e muito menos a estabilidade política, pois haverá infalivelmente o predomínio do partido único.

A segunda nasceu da observação da vontade popular, detectada quer em pesquisas, no contato direto ou na análise da efervescência mobilizadora da sociedade civil pelos movimentos de oposição.

Não posso contribuir para dividir o que o povo deseja ver unida. Fiquei no PMDB porque achava que novos partidos só surgem em regimes democráticos e isso ainda não se conseguiu.

Ao defender a fusão, como integrante do maior partido de oposição, não faço e não fazem desserviço a causa democrá-

tica os que assim procedem. Só a Nação unida terá forças de enfrentar os sangue-sugas da nossa economia. Só a oposição comprometida trará a democracia e só a democracia devolverá a Nação ao seu próprio destino. Esta é a responsabilidade que a história dia mais dia nos cobrará. E quando isso acontecer, as razões pessoais não terão qualquer justificativa para o erro histórico que será cometido.

Pode o futuro desta Nação vir a ser outro, mas homens inteligentes, racionais, que assistem o descabro em que foi arribada a Nação, não podem abrir mão de medidas objetivas para viabilizar outro futuro, porque este que a atual situação trará, não será digno do nosso idealismo e patriotismo. A Nação está corrompida e sendo vendida. O Governo irresponsavelmente a tudo assiste e quando se movimenta, sempre o faz contra os interesses do povo e da Pátria.

Vamos dar a oportunidade ao povo de se manifestar. Não sejamos nós a causa da sua derrota. Na fusão das oposições não nos confundiremos, mas apenas nos aliaremos para combater o inimigo público número um que é o autoritarismo, a falta de democracia, a entrega indiscriminada das nossas riquezas e o comprometimento acelerado e avassalador da nossa soberania".

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, é com prazer e satisfação, que escuto as colocações de Vossa Excelência. E estranho, nobre Deputado, que quando se vai à tribuna, nesta Casa, e se procura mostrar alguns erros do Governo do Estado, correm 4 ou 5 Deputados do PDS, a defender o Governador Ney Braga.

Todavia, nobre Deputado, ao escutar as colocações de Vossa Excelência, noto que Vossa Excelência colocou bem a posição do Governo, hoje. E vi silêncio do outro lado. Parece que o que se defende aqui é o imediatismo, parece que o que se defende aqui é a posição pessoal de cada um, no que diz respeito ao Governo Federal, que se lasque. Parece-me estar acontecendo nesta Casa, como em algumas outras, por informações que temos tido, de que as posições do Governo Federal, alguns têm sido até de defender, outros não o fazem por interesses, às vezes, apenas pessoais.

Por isso, quero me congratular com Vossa Excelência pelas colocações postas e dizer que, efetivamente, no que diz respeito à função dos partidos da Oposição, caso o Governo, com seus casuísmos, com seu desespero, venha a colocar da forma como a imprensa tem colocado, devo dizer que o PTB, no Paraná, tem colocado, como Vossa Excelência sabe, está disposto a dar o troco a esse Governo e a esse regime que aí está.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Vossa Excelência coloca muito bem: o que as Oposições pretendem fazer é a lógica até de uma lei física, que "a toda ação corresponde uma reação contrária e igual".

Veja Vossa Excelência que jurou-se, nesta Nação, fazer uma democracia que, fez-se uma lei esdrúxula, de prorrogação de mandatos municipais para, depois, tentar-se conseguir desta própria Oposição que foi contra a prorrogação, aqui escusa para que a eleição se realizasse em dois episódios, ou seja, de que já não mais se realizasse num só dia!

Mas, Sr. Presidente, Sr. Deputado, a Nação acompanha como testemunha que tem sido nestes 17 anos, e entendo de que, o atual Governo perdeu o controle da situação, não apenas o controle político, não apenas o controle econômico, financeiro, social e até histórico, desta Nação, porque lamentavelmente, Sr. Deputado, a nossa instituição básica, as Forças Armadas, hoje deixam-se levar por uma política partidária de cujo comprometimento não se tem notícias na História brasileira.

Os nossos militares estão conspurcando a tradição das nossas Forças Armadas, de, serem uma força imparcial, ao, se colocarem incondicionalmente ao lado dos detentores do Poder!

E é por isto, Sr. Deputado, que as consequências virão. Há 17 anos que a Oposição dizia que nós cairíamos numa crise econômica - como nós estamos atravessando hoje - e, hoje, a Oposição levanta-se novamente, para dizer "vão levar esta Nação a uma guerra fratricida", porque está aí o Sr. Golbery do Couto e Silva tramando já, dentro das hostes militares, porque, no momento em que as Forças Armadas chamarem a si o Poder, este Poder vai ser disputado dentro das Forças Armadas e, militar, não disputa no voto, vai disputar, no tiro!

E esses homens vão ser os responsáveis perante a História, porque vão levar esta Nação, infelizmente, a uma disputa, pela força armada, por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, viabilizado o monstrengo "pacote" que está aí, esta leva de juventude que passou a acreditar no "canto da sereia", de que, realmente, teríamos o Poder colocado em disputa através de um sistema pluripartidário, ao entender, esta juventude, de que foi enganada e de que, pelo processo convencional de política nunca o Poder será colocado em disputa, será esta mesma juventude que vai optar novamente pela luta armada, e, mais uma vez, a responsabilidade, perante a História, de que estão jogando os nossos jovens, na clandestinidade, para que soe o outro caminho, porque, se lutarmos desse jeito, quando a Oposição se aproxima, em que as regras são mudadas para se impedir antecipadamente a sua vitória, só resta o caminho da luta armada!

E o idealismo dos jovens, lamentavelmente, vai fazer com que esta terra, com que esta Nação registre nossos episódios de tentativa de derrubada do Poder, pela luta armada!

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, Vossa Excelência trouxe um assunto que, embora esteja se espraiando em todos os lares e em todos os lugares do País, apresenta um traço muito claro que é exatamente o de, um regime, através desses expedientes, inviabilizar o povo brasileiro como tal. E, ao inviabilizar o povo brasileiro, não tenham dúvidas, como ficarão - como Vossa Excelência bem colocou - os jovens irrequietos e que querem uma Nação bem colocou - os jovens irrequietos e que querem uma Nação liberdade e que inclusive assumiram e aceitaram o caminho do voto?

Como se quer que as Lideranças, os trabalhadores que têm o Sindicato fechado, e os Líderes, na verdade, punidos, e que também aceitaram a escolha do palanque para convencer, através de suas propostas, o voto popular?

Vale, por final, realmente, nós insistirmos neste assunto, para não permitirmos que o jovem venha a fazer o jogo dos duros, porque é isto que se quer, através de medidas como a pretendida pelo regime, com o "pacote" de novembro.

Afinal de contas, há uma velha expressão que cabe bem, neste instante, permita-me incluí-la no seu pronunciamento: "como suportarão as comportas, as águas que se acumulam, se a estas, as águas, é vedada a esperança de serem rios?"

A responsabilidade histórica será dos que praticam esses atos e dos que, passiva e omissamente também assistem a tudo e se calam, passando pelo Palácio Iguaçu, por mutismo dessa Casa e chegando em Brasília.

Muito obrigado e os cumprimentos pela seriedade do seu pronunciamento.

O SR. NILSO SQUAREZI -- Agradeço o aparte de Vossa Excelência e para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer que quem viver, verá. Quem viver, verá. Podem as Lideranças políticas da Oposição se dividirem, mas o povo vai estar unido e a união do povo é para derrubar o atual Go-

verno.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra, o Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há um estudo histórico que de maneira conclusiva sentenciou: "só os Governos fracos temem a Oposição" e esta prática temerária à Oposição, tem sido um traço muito cotidiano do regime após 64 e na medida em que se foram realizando reformas casuísticas, "pacotes e embrulhos", mais este traço ficou reforçado. E se a Nação se surpreendia em 1977, com o famoso "pacote de abril" que tinha objetivos claros, especialmente os objetivos de impedir o acesso da Oposição ao poder, em novembro de 1981, a História registrará o "pacote de novembro", igualmente buscando atingir objetivos claros, de tentar impedir, mais uma vez, o acesso das Oposições ao poder.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ensina Pio XII de que "não vive dignamente o cidadão que só pode pensar e agir dentro das normas que lhe impõe o Estado opressor".

E isto fica evidenciado, quando a Nação brasileira inicia uma manifestação uníssona, coordenada como está acontecendo presentemente.

Ainda hoje ouvíamos aqui, não só o manifesto à Nação do PMDB a nível Nacional, mas também uma incisiva e clara nota da CNBB protestando e repudiando o "pacote de novembro".

Também a Ordem dos Advogados do Brasil, mesmo a seccional do Paraná, se posiciona sobre o "pacote de novembro" dizendo que OAB, coerente com sua campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, eleita sem os casuismos do sistema em vigor, através de partidos livres e representativos de parcelas da opinião pública, vem manifestar o seu desencanto e a sua apreensão em face da anunciada reforma eleitoral, a ser proposta pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional e segue a OAB — (e peço a transcrição no meu pronunciamento da íntegra da nota O - protestando e condenando e dizendo ao final. "mais do que nunca é necessária a mobilização das forças livres do País, junto ao Congresso Nacional, para que rejeite as proposições do Executivo, evitando que as futuras eleições se transformem em intolerável farsa.

É a Nação que começa a se manifestar no seu grito de esperança, de evitar que mais uma vez se procure nesse "embrulho" eleitoral, modificar aquilo que é a vontade das urnas em 1982.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos chama a atenção é que nos últimos 18 anos, esta prática tem sido usual, costumeira e nos mesmos últimos 18 anos, de maneira contumaz e de maneira tradicional até, tem se a omissão de muitos homens públicos e de lideranças sociais deste País.

Se o Governo quer uma Oposição "faz de conta", é preciso que o Governo brasileiro saiba e que os democratas, mesmo os democratas sonolentos, lembrem de que a Oposição é uma atividade estatal, como diz o Presidente do PMDB, Ulisses Guimarães: subversão não é exercê-la, mas embaracá-la e impedi-la. Como é inevitável que os Governos pratiquem erros e abusos, também é inevitável denunciá-los.

É o princípio da Oposição do Estado ao Governo do Estado, uma necessidade até para sobrevivência do próprio Estado.

Ora, se a Oposição é uma "atividade estatal", é inadmissível que um Governo como o atual, se coloca não como governo do País, mas como cabo eleitoral de um partido. Aí toda estrutura séria que o País necessita, vai, efetivamente, rio abaixo.

Porque na autocracia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o que nós estamos vendo, porque é na autocracia que um homem ou um grupo toma o poder e se projeta como supremo e intocável continuador no poder. E embora para efeito externo declamem os autocratas, grandes e belas e puras palavras, como falam em liberdade, como falam em democracia e até falam em justiça.

Mas o que a oligarquia realmente quer e faz, é a institucionalização do continuísmo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada mais nada menos do que isto que ocorreu, mais uma vez, com a autocracia que presentemente dirige o País.

Mas é neste instante que nós do PMDB, que nós da Oposição temos que fazer, memorizar à força da democracia em qualquer País civilizado. Porque acima das oposições o "pacote de novembro", é uma bofetada em toda a instituição democrática e portanto em todos os brasileiros, inclusive àqueles que estão no PDS. E se acreditam em democracia, devem estar preocupados com a pretensão governamental.

Por que, Sr. Presidente?

Porque esta medida pretende a onipotência mais uma vez do Executivo. Esta medida mais uma vez pretende garantir privilégios ao partido governamental e que procura condicionar as oposições, fazendo de grande parte delas meras espectadoras de poder. E o que é mais grave, acaba tendo no seu âmago forças que mutilam a esperança de um povo e que acabam obstruindo a atividade séria que é o processo eleitoral, para trazer ao âmago das questões, o sentimento cívico de um povo. O que o Governo quer, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Suportar as Oposições? Até isso é possível.

O que o Governo deseja: a existência das oposições? Até isso é possível. Mas, que não se atrevam os oposicionistas a dar frutos, que não se atrevam os pequenos partidos a crescer e que as oposições pretendam a alternância no Poder. Como qualquer País honestamente democrático e realmente civilizado faz. Eles não querem um País honestamente democrático, porque não querem, na verdade, uma Nação realmente civilizada.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os indecentes da democracia, os falsos democratas, os hipócritas do próprio sistema, estão aí a aplaudir de maneira até surpreendente toda e qualquer medida. E até decora um texto do Governo do Rio Grande do Sul ao Governo do Paraná, ao próprio Paulo Maluf e nós ouvíamos na "Voz do Brasil" lá da Embaixada do Brasil em Roma, dizia a mesma coisa que diziam os Governos do Estado e muitos homens do Governo neste País, O texto decorado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu fui me enriquecer com o programa do PDS, e surpreendentemente vejo o Governo do Estado do Paraná, Ney Braga - o General de plantão - dizer o que disse sobre o pacote eleitoral. E no programa do seu Partido diz: "O PDS tem o povo como fonte da sabedoria e do Poder nacional, como o agente destinatário de toda ação política."

E veja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, princípio 12.º:

"Organizar uma sociedade livre e pluralista, que assegure a legitimidade da representação política alicerçada no exercício livre, independente e consciente do voto secreto, na periodicidade dos mandatos, na rotatividade dos partidos no Poder, respeitada a pluralidade doutrinária e ideológica."

O PDS compromete-se a lutar por uma sociedade aberta e pluralista, fundada na tolerância e na solidariedade na qual

todos têm o direito de participar das decisões que afetem a vida nacional ou a pessoa humana e de questionar e fiscalizar os atos da administração pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação pretendia e desejava participar da elaboração de um jogo eleitoral, de regras limpas; mas enquanto o Ministro da Justiça uma semana antes autorizado a ser o delegado do poder para falar e negociar, enquanto se faziam as negociações por certo estava se redigindo o embrulho eleitoral de novembro de 1981.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós neste instante, temos que ter resquícios de esperança até nos homens do PDS, que venham a honrar o seu programa partidário e que efetivamente não façam aquilo que permitiu que o Presidente Nacional do PMDB, numa rara expressão concisa disse, na época do "pacote de abril": "o Presidente Geisel é ventrílogo e a ARENA é o seu boneco mais obediente, famoso e hilariante pelo humor negro".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não queremos antes do final do recesso, ou no ano que vem, ter que parafrasear Ulisses Guimarães, que disse isso à época do "pacote de abril" e repetiu-o agora à época do "pacote de novembro". Seria muito triste ter que dizermos que o Presidente Figueiredo é ventrílogo e o PDS é o seu boneco mais obediente, famoso e hilariante pelo humor negro.

Não pretendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque acreditamos que é um partido que tem um programa e que é um resquício que ainda existe para unidos, repetirmos não uma vitória parcial contra a sublegenda, nem fazer com que o "pacote de abril", é o pacote previdenciário melhor dizendo, não se efetivasse. Mas acima de tudo que não sejamos nós, políticos, a mais quebramos o consórcio de democracia e liberdade que pretendemos construir nesse País. Porque afinal de contas se o "pacote de abril" de 77 ou de novembro de 81 quer impedir o acesso das oposições ao Poder, nós devemos ter uma posição até histórica de entender que países que efetivamente têm uma honestidade democrática, e que realmente como civilizados não permitem a alternância no Poder, que a vontade do povo seja soberana e portanto passemos a respeitá-la.

É o mínimo que se exige neste instante de cada um dos políticos deste País, porque não é possível que num instante como este, nós, efetivamente, possamos fazer mais cedo ou mais tarde o jogo dos duros, o jogo daqueles que criaram a bomba do Rio-Centro; o jogo daqueles que a cada dia que passa têm saudade do autoritarismo mais negro e da violência que de maneira coletivizada se impôs neste País.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a história segundo os grandes pensadores do próprio Ocidente têm provado de que a própria história é o aprendizado da liberdade e por isso até o "pacote de novembro" para nós deve ser um fator pedagógico, de resistência, de vergonha nacional, de vergonha nacional para que as urnas realmente sejam o resultado da vontade limpa de todo o cidadão brasileiro. E não uma farsa, não uma hipocrisia, não um atentado à Democracia que queremos construir.

Concluo, dizendo que as oposições hoje falam pelo Brasil. E como disse Paulo Brossard: — "a voz da Nação perturba os pretensos proprietários do Poder".

(Transcrição do texto: "OAB SE POSICIONA SOBRE O "PACOTE").

(Lendo):

"Uma convocação às forças vivas do País para que rejeitem o pacote eleitoral encaminhado pelo Governo Federal nos últimos dias "evitando que as eleições se transformem numa farsa", foi o que fez ontem o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, no Paraná, em reunião realizada a partir das 17 horas. O Presidente Alcides Munhoz Netto, submeteu um texto aos participantes do encontro, cuja redação foi logo aprovada e distribuída à imprensa e demais organismos congêneres no Brasil inteiro.

O documento "denuncia" como "inconstitucional" a nova proposta do regime eleitoral para a Nação brasileira. Diz que "é uma tentativa de fraudar a liberdade de voto" e por isso mesmo deve ser negada pela OAB, entidade que deseja permanecer "coerente em sua campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte."

A certa altura o comunicado distribuído pela OAB-Pr externa o "desencanto" e a "apreensão" em face dos acontecimentos da organização eleitoral pretendida pelo Governo. Destaca que "a proposta quer favorecer o partido Oficial" com o intuito de enfraquecer as demais agremiações partidárias. E a seguinte, na íntegra, a nota oficial da OAB:

"A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, coerente em sua campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, eleita sem os casuismos do sistema em vigor, através de partidos livres e representativos de parcelas da opinião pública, vem manifestar o seu desencanto e a sua apreensão, em face da anunciada reforma eleitoral, a ser proposta pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

1 - Depois de fragmentar a oposição, a pretexto de reintroduzir o pluripartidarismo no País, o sistema tenta obstar coligações entre os partidos recém-formados, com o evidente propósito de favorecer o partido oficial.

2 - Com a exigência de que as organizações partidárias apresentem candidatos a todos os postos eletivos, condena a extinção os partidos menores, sem condições materiais para se estruturarem, em todos os municípios brasileiros, até a data das eleições, comprometendo, assim, o próprio sistema pluripartidário.

3 - Ao preconizar o voto totalmente vinculado, a proposta cerceia a liberdade de escolha do eleitor e sobrepõe simpatias distritais aos interesses nacionais, na esperança de que o povo vote em função dos candidatos locais, sem que a eleição traduza julgamento do atual governo da República.

4 - Incluindo a desistência de candidatura a governador entre as causas de anulação dos votos, quer o governo evitar composições partidárias ao longo da campanha. Para tanto, chega ao extremo de ima-

ginar uma esdrúxula figura de desistência tácita, terrível ameaça sobre os candidatos opositores aos Executivos Estaduais.

5 - Com estas características, a proposta traduz simples tolerância do sistema em que a Nação vote, desde que previamente assegurada a vitória do partido oficial.

6 - Se convertida em lei a iniciativa comprometerá irremediavelmente o processo de abertura democrática, além de negar os princípios fundamentais do Estado de Direito.

7 - Mais do que nunca é necessária a mobilização das forças livres do País junto ao Congresso Nacional para que rejeite as proposições do Executivo, evitando que as futuras eleições se transformem em intolerável farsa.

É o que recomenda o Conselho Seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, no seu dever de velar pela defesa da ordem jurídica e da Constituição Federal, bem como de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas (Lei 4.215/63, artigo 18, I, 87, I) ideal incompatível em qualquer tentativa de fraudar a liberdade do exercício do direito de voto".

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Tendo declinado, consulta à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e David Cheriegate, constantes do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Resolução n.º 92/81. — Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados:

EM VOTAÇÃO:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 92/81, oriundo de Parecer ao SUBSTITUTO do Projeto de Lei n.º 60/81, aprovado por unanimidade na COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, do Município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Braganey. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/80, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que cria o Município de

BOA VISTA DA APARECIDA, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com as divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 32/80, de autoria dos Deputados WERNER WANDERER, TERCIO ALBUQUERQUE e GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de MISSAL, desmembrado do Município de Medianeira, com as divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 38/80, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que cria o Município de JURANDA, com território desmembrado do Município de Mamborê e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. —

O SR. DENI SCHWARTZ (Pela Ordem) — Sr. Presidente, este projeto já foi motivo de discussão, de encaminhamento, na sessão passada. Levantamos uma dúvida que foi inclusive corroborada pelo próprio autor do projeto, que prometeu à Casa que traria um documento esclarecendo sobre o plebiscito realizado para a criação do Município de Juranda.

Inclusive o Deputado Jurandir Messias, se propôs a trazer este documento.

Solicito a Vossa Excelência esclarecer à Casa se este documento foi anexado ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que desconhece qualquer documento que tenha sido anexado ao projeto.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, sobre este projeto existe uma dúvida levantada por este Deputado e inclusive aceita em Plenário pelo autor do projeto, já que o plebiscito para a criação do município, foi feito após uma modificação, após uma emenda substitutiva que alterou totalmente o projeto original.

A dúvida levantada na Casa e também aceita pelo Deputado autor do projeto, é se este plebiscito está de acordo com a área da emenda ou do projeto original.

Se isto não for esclarecido, o Município de Juranda corre o risco de vir a ser deixado de ser criado por uma representação de qualquer cidadão.

Por isto — e na ausência do autor do projeto, requeiro a Vossa Excelência e solicito à Liderança do PDS, para que retiremos por uma sessão, este projeto, para ser discutido a nível de comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que, de acordo com o Artigo 110, o pedido de adiamento só poderá ser apresentado antes de encerrar a discussão da matéria. O projeto se encontra com discussão encerrada, portanto, está em fase de votação e não pode ser retirado, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, esta atitude deixa os Srs. Deputados numa situação difícil, porque poderemos estar incorrendo num erro que amanhã poderá ser derrubado pela Justiça. E como é que fica?

Eu, como autor inclusive do parecer favorável à criação do Município de Juranda, fico numa situação difícil de ter que votar contra, por não estar perfeitamente esclarecido.

Parece-me, Sr. Presidente, inclusive era intenção do Deputado Jurandir Messias, retirar o projeto da pauta, por uma sessão, para trazer um documento da Justiça Eleitoral, dizendo exatamente qual a área abrangida, pelo plebiscito.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela Ordem) Sr. Presidente, tenho acompanhado a tramitação desse projeto de lei nesta Assembléia.

Realmente, tem razão o Deputado Deni Schwartz, e em compromisso verbal o Deputado Jurandir Messias prometeu trazer subsídios mais detalhados a respeito da área territorial a ser abrangida pelo novo município.

Creio que é uma preocupação de Vossa Excelência, Sr. Presidente, uma preocupação da Casa, que se criem municípios dentro do que dispõe a legislação, para que seus legisladores não sejam inquinados de maus legisladores.

Entretanto, como este projeto ainda está em Segunda Discussão e o Deputado Jurandir Messias não se encontra na Casa, e amanhã seria a Terceira Discussão, sugiro a Vossa Excelência, Sr. Presidente, e inclusive consulte o Deputado Deni Schwartz que está preocupado com o assunto, que deixemos esta discussão para a sessão de amanhã, quando o Deputado Jurandir Messias deverá trazer os subsídios necessários ao esclarecimento da questão.

A minha sugestão, através desta Questão de Ordem, é para que adiemos até amanhã a discussão desse projeto.

O SR. DENI SCHWARTZ (Pela Ordem) — Sr. Presidente, aceito a sugestão do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, porém solicitaria à Mesa que designasse um funcionário para que estudasse o processo e procurasse subsídios ao projeto, porque o Deputado Jurandir Messias parece estar viajando, e seria conveniente que se mantivesse contato com o Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de esclarecer esse assunto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, lamentavelmente a Mesa terá que abrir um precedente regimental. Pelo seguinte.

Vossa Excelência, Sr. Presidente, encerrou a discussão do Projeto de Lei 138/81, e Vossa Excelência o fez de maneira correta, porquanto havia solicitação de pedido de verificação de "quorum" na matéria imediatamente anterior, quando não havia "quorum" suficiente para votação.

Vossa Excelência, como determina o Regimento Interno, encerrou a discussão de todos os projetos constantes da Ordem do Dia.

Entretanto, talvez por esquecimento ou por lapso da assessoria da Mesa, Vossa Excelência deixou de encerrar a discussão de um requerimento de autoria do nobre Deputado Airton Cordeiro, que solicitava o adiamento da discussão e votação do mencionado Projeto de Lei 138/81, que teria que ser também colocado em discussão e não o foi, na oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado Erondy Silvério, que de acordo com o Artigo 110, parágrafo único, os requerimentos de adiamento que não foram apreciados por falta de número, serão prejudicados. É o caso do Regimento Interno.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu peço vênias a Vossa Excelência, mas eu não entendi direito.

O SR. PRESIDENTE — Parágrafo único, os requerimentos de adiamento que forem votados imediatamente, por falta de número, ficarão prejudicados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado Deni Schwartz, que no cumprimento do Regimento Interno nada pode, senão colocar em votação de 2ª discussão

o Projeto de Lei nº 38/80. No entanto, na Terceira Discussão, Vossa Excelência poderá cobrar do Deputado Jurandir Messias, os documentos e o adiamento da votação deste projeto de lei.

O SR. DENI SCHWARTZ – (Pela Ordem) Nós acatamos a sugestão do Deputado Luiz Alberto, apenas solicitamos à Mesa que, através de um funcionário categorizado da Casa, procure esclarecer, porque o Deputado Jurandir Messias está viajando e nós ficaremos amanhã na mesma situação de hoje.

É o pedido que faço à Mesa para que possamos votar conscientemente.

O SR. AIRTON CORDEIRO – (Pela Ordem) Sr. Presidente, ainda a respeito do Projeto Complementar 188/81, já lembrou o Deputado Erondy Silvério, que nós encaminhamos à Mesa um requerimento solicitando a retirada deste projeto da Ordem do Dia. E devemos esclarecer que o fizemos, para atender uma reivindicação das associações que representam o Magistério do Paraná, porque, a mensagem original do Governo do Estado suprime o anexo terceiro [do Estatuto do Magistério.

E, procurados que fomos por estas Lideranças, acabamos por concluir, ao lado do Sr. Secretário da Educação, de que não será uma boa prática suprimir o anexo Terceiro. Porque, mesmo que haja um decreto, uma regulamentação por decreto, o decreto claro, não tem a força de lei e poderá ser revogado por outro decreto.

Nestas condições, consultamos à Presidência para saber se o Plenário, na sua soberania pode decidir sobre a retirada da Ordem do Dia desta matéria, para, pura e simplesmente, atendermos a reivindicação do Magistério de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) – Mesa informa ao nobre Deputado que, de acordo com o requerimento na fase de discussão, não na fase de votação que se encontra o projeto de lei.

Está em votação em Segunda Discussão, o Projeto de Lei 38/80. – Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 79/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 70/81), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná – ITC, os imóveis que constituem as glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes, e adotar outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade, COM EMENDA DE PLENÁRIO, EM REGIME DE URGÊNCIA.

Ao referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, no seguinte teor. (Lê):

“EMENDA Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 79/81

Acrescente-se onde couber:

“Art. O Art. 2º da Lei nº 7510, de 26/10/81, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para atender as despesas decorrentes da aplicação desta lei, servindo como recursos para cobertura qualquer das formas especificadas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64”.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: JOSÉ DOMINGOS, DEL CIEL, WERNER WANDERER e LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

A Lei 4320/64, em seu Art. 12, § 6º, estabelece que “são transferências de capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestações diretas em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior...”

No caso especial da Lei 7510, configura a situação de necessidade de lei especial, uma vez que a lei de orçamento em vigor não contempla dotações para o objeto da mesma. Mister se faz que se obtenha a indispensável autorização legislativa para a abertura de crédito especial conforme preceitua a citada Lei Federal 4320.”

O SR. DENI SCHWARTZ – Para encaminhar a votação.
O SR. PRESIDENTE – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ – Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência esclarecimento, se está em fase de discussão ou votação.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa informa que foi encerrada a discussão em 25/11/81. Está em fase de votação.

Portanto, Vossa Excelência tem dez minutos para encaminhar a votação.

O SR. DENI SCHWARTZ – Sr. Presidente, solicitei a palavra para encaminhar este projeto, não propriamente o seu conteúdo, e sim, para falar sobre a emenda apresentada por ilustres Srs. Deputados.

Temos para nós que esta emenda, além de ser totalmente inconstitucional, tem uma característica toda especial, porque, em se tratando de uma emenda aditiva, ela está prevista no Art. 140 do nosso Regimento Interno, § 3º: “Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra”. É o que caracteriza esta emenda.

E chamo a atenção da Mesa para o parágrafo quinto, que diz o seguinte: “Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva, que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal”.

Ora, Sr. Presidente, estamos votando o Projeto de Lei 79/81, que trata da regularização de terras, através do ITC, no Município de São Jerônimo da Serra.

E é apresentada uma emenda aditiva, autorizando o Poder Executivo a abrir um crédito especial, no valor de seis milhões de cruzeiros, que nada tem a ver com o problema de terras.

Então, parece-me que, apenas pelo nosso Regimento, a Mesa não deve admitir o recebimento dessa emenda, bem como, pelo parágrafo sexto do Art. 140, deverá fazer publicar na ata dos trabalhos da Assembléia, esta emenda, por haver recusado, com fundamento no parágrafo quinto.

Então, pelo Artigo 140, parágrafos quinto e sexto, está a Mesa autorizada a não aceitar este tipo de emenda.

Além disso, Sr. Presidente, é bom que se diga que as razões que nos trazem para encaminhar a respeito dessa emenda, é que, pelos artigos 25 e 35 da Constituição do Estado, essa emenda é totalmente inconstitucional, porque mexe no orçamento, porque trata de finanças.

Vejamos o que dizem esses dois artigos. O artigo 25, no parágrafo primeiro, letra “a”, diz o seguinte: “É da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira”. E no artigo 35, diz, “É da competência do Poder Executivo a iniciativa de leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens aos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa

pública”.

No caso é uma autorização legislativa para mexer no Orçamento.

Sr. Presidente, ela é inconstitucional.

De outra parte, se olharmos a Lei 4320, no seu artigo 7º, temos o seguinte:

“A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo, para:

Inciso I — Abrir créditos suplementares até determinadas importâncias obedecidas as disposições do Artigo 43”.

E no Artigo 43, Sr. Presidente: “Abertura de créditos suplementares e especiais — que é o caso — depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição e justificativa”.

Ora, sem ler os parágrafos seguintes, que mostram o que são recursos a serem indicados para estes créditos suplementares e especiais, nos parece que a própria impossibilita ao Legislativo de apresentar esse tipo de emenda, uma vez que o Legislativo não tem o controle efetivo para poder indicar recursos na abertura de créditos suplementares ou especiais.

Portanto, Sr. Presidente, nos parece ser inconstitucional, nos parece ofender a Lei 4320, que regula a matéria. E nos parece também, e baseado nisso, que ofende não só o Artigo citado do Regimento Interno, mas também o Artigo que diz: “Todas as emendas importantes, devem voltar à Comissão correspondente”.

No nosso caso, nenhuma comissão foi ouvida.

Portanto, Sr. Presidente, baseado no Artigo 140, nos seus parágrafos quinto e sexto, solicito à Mesa que não receba a emenda a esse projeto ora em discussão.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Mesa deferiu. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada 28 Srs. Deputados.

Não há “quorum” para votação, somente para discussão da matéria.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 78/81, que declara de utilidade pública a LIGA LONDRINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, com sede e foro na cidade de Londrina. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 78/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a LIGA LONDRINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 86/81, que declara de utilidade pública o INSTITUTO DA IGREJA SÃO CARMELO DIVINO, com sede e foro em Curitiba. —

Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 86/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o INSTI-

TUTO DA IGREJA SÃO CARMELO DIVINO, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 92/81, que declara de utilidade pública o SINDICATO RURAL DE JATAIZINHO, com sede no Município de Jataizinho. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 92/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o SINDICATO RURAL DE JATAIZINHO, com sede e foro na Cidade de Jataizinho.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 129/81, (Mens. Goven. nº 109/81), que majora os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, conforme específica, a partir de 01 de janeiro de 1982. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 129/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A partir de 01 de janeiro de 1982, os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, ficam majorados em 38,47% (trinta e oito inteiros e quarenta e sete por cento).

§ 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante Decreto, elevar em até 10% (dez por cento) sobre os vencimentos básicos dos respectivos cargos, as verbas de representação instituídas pelas Leis nºs 7442 e 7443, ambas de 29 de dezembro de 1980.

§ 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante Decreto e observadas as limitações orçamentárias, conceder aos Membros da Magistratura e do Ministério Público, a Conselheiros, Auditores e Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, no mês de agosto de 1982, antecipação parcial do aumento anual de vencimentos que for previsto para vigorar em 01 de janeiro de 1983.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 22/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que cria o Distrito Administrativo de SANTA RITA D'OESTE, no Município de Terra Roxa, conforme os limites e confrontações que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 22/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Distrito Administrativo de SANTA RITA D'OESTE, no Município de Terra Roxa, conforme os limites e confrontações abaixo descritas:

NORTE E NOROESTE — Confronta com terras do Município de Terra Roxa, através de uma linha seca que parte da Estrada Paulista, segue entre os lotes 172 e 173; 173 e 174 até a estrada de Santa Rita, seguindo por este até encontrar a Estrada Ranchinho. Segue-se pela Estrada Ranchinho até a estrada Dr. Dário e segue-se finalmente por esta até a divisa com o Município de Palotina.

LESTE — Confronta com terras do Município de Palotina através de uma linha seca;

SUDESTE — Confronta com terras do Município de Nova Santa Rosa e através de uma linha seca;

SUL — Confronta com terras do Município de Marechal Cândido Rondon, através do Rio Guassuzinho;

OESTE — Confronta com terras do Município de Terra Roxa, através de uma linha seca, que parte da divisa com o Município de Marechal Cândido Rondon, passa entre os lotes 116 e 115, cruza o Arroio Serpentina, cruza também o Córrego Santa Lourdes e segue até a estrada Paulista, seguindo por esta até o ponto mencionado.

ÁREA APROXIMADA:

5.110,00 alqueires, ou

12.366,00 hectares, ou

123,66 km²

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 22/81

PARECER:

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça, o presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado Francisco Escorsin, objetivando a criação do Distrito Administrativo de Santa Rita D'Oeste, no Município de Terra Roxa.

Baixado anteriormente em diligência, retorna agora o processado imune de falhas e omissões, inexistindo óbice de natureza constitucional ou regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos FAVORÁVEL à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Ptszek, ocorrido no dia 26 de novembro do corrente ano, no Município de Mamborê. — Aprovado — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. João Quessada Pelegrino e José Derivaldo dos Santos, ocorrido no dia de ontem. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Benato, ocorrido dia 29 de novembro do corrente ano, na cidade de Campo Largo. — Aprovado — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Chamberlain, ocorrido dia 26 de novembro do corrente, em Campo Mourão. — Aprovado — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Fressato, ocorrido dia 26 de novembro de 81, em Curitiba. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Constantino Moro, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Angélica D'Amico, ocorrido no dia 25 último, na Cidade de Londrina. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados José Tavares, Darcy Deitos, Nestor Baptista e Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Londrina Esporte Clube, pela conquista do Campeonato Paranaense de 1981. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, encarecendo a criação e instalação de uma extensão da escola de 1º Grau (1ª a 8ª séries) da sede do Município de Santa Izabel D'Oeste, para a localidade de Alvorada D'Oeste, naquele município. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando votos de aplausos pela realização do II Congresso Brasileiro dos Jornais do Interior e I Congresso dos Jornais do Interior do Paraná, levado a efeito em Maringá. — Encerrada a discussão :

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Cooperativa Mista dos Servidores do Estado Ltda., pelo transcurso, nesta data, do seu 30º aniversário de reconhecimento como de utilidade pública. — Encerrada a discussão :

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público "Orelhão" no Colégio Agrícola Getúlio Vargas de Palmeira. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria do Londrina Futebol Clube, e demais membros, técnico, jogadores e à torcida em geral, pela conquista do Campeonato Paranaense de Futebol de 1981. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Ministro da Justiça, um apelo enfatizando a necessidade de acelerar a reforma das regras legais vigentes, relativas ao instituto jurídico da desapropriação. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 01 de dezembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 78, 86, 92 e 129/81.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 79 e de Lei Complementar n.º 138 e 139/81, e de Resolução n.ºs 85, 86, 87, 88, e 90/81, e das Proposições n.ºs 79, 97, 98 e 99/81.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/81.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 30, 32 e 38/80, e de Resolução n.º 92/81.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/81.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 100/81.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e hum, na Sala de Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Rosário Pitelli apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 77/81, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, que declara o Ano da Defesa Ambiental do Paraná o ano de 1982, Projetos de Resolução n.ºs 54/81, 55/81, 56/81, 57/81, 58/81 e 80/81, as quais foram aprovadas sem restrições. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário